

Artigo

Saúde e Educação: o espaço escolar como território de cuidado e prevenção do adoecimento juvenil

Cássia Carolina Matarazzo Guimarães *

Resumo

O artigo discute a importância da interdisciplinaridade de saberes no ambiente escolar e a mediação docente na promoção de formas coletivas de cuidado e saúde mental, integrando-se à rede preventiva do suicídio juvenil, em oposição às dinâmicas individualizantes do neoliberalismo. Ao reconhecer o educador como agente fundamental na escuta e no apoio às decisões preventivas, reforça-se a necessidade de valorização de seu papel na construção de vínculos protetivos. Nesse contexto, destaca-se também a importância de que os saberes científicos retomem o diálogo, favorecendo o encontro de saberes como caminhos para compreender de modo mais amplo e integrado o sofrimento juvenil. Assim, a articulação entre escola, educadores e diferentes campos do conhecimento torna-se elemento central na prevenção do adoecimento mental de adolescentes.

Palavras-chave: Saúde mental juvenil. Cuidado coletivo. Ambiente escolar. Atuação docente. Interdisciplinaridade.

Health and Education: the school environment as a space for care and the prevention of illness among youth

Abstract

The article discusses the importance of interdisciplinary knowledge within the school environment and the role of teachers in mediating collective forms of care and mental health, positioning the school as part of the preventive network against youth suicide and countering the individualizing logics of neoliberalism. By recognizing educators as fundamental agents in active listening and in supporting preventive decision-making, the need to value their role in the construction of protective bonds is reaffirmed. In this context, the relevance of reestablishing dialogue among scientific fields is also emphasized, fostering an encounter of knowledges that enables a broader and more integrated understanding of youth suffering. Thus, the articulation between schools, educators, and diverse areas of knowledge becomes a central element in preventing the mental distress of adolescents.

Keywords: Youth mental health. Collective care. School environment. Teaching practice. Interdisciplinarity.

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: cassiamatarazzo@ufscar.estudante.com.br

A fase da adolescência, constituída tradicionalmente entre os 12 aos 18 anos (ECA, 1990), é marcada por um complexo processo de mudanças biopsicossociais manifestadas nas transformações anatômicas, fisiológicas e psicológicas, com experiências em contextos distintos. Nesta fase de vida, encontramos um cenário frágil no país: evasão ou atraso escolar, vivências de exploração sexual e do trabalho, de violências (psicológicas, sexuais, físicas ou negligenciais), uso prejudicial de álcool e drogas ilícitas, relação sexual desprotegida e bullying/ cyberbullying (Assis, Avancini, Serpeloni, 2020).

2

Assim, são as mais variadas demandas transversais que perpassam o referido grupo social na convivência entre os seus pares. Além disso, o adolescente/jovem está, na maioria das vezes, em interação diária com o educador escolar, aquele que além de ofertar conhecimento curricular aos alunos, algumas vezes também é destacado com um encargo extra “orientador emocional” ou “tutor”, tratando-se especialmente da Educação em tempo Integral ou PEI (Programa de Ensino Integral), quando o aluno permanece na escola por até 07 horas diárias (Ministério da Educação, 2023).

Portanto, profissionais da Educação são aqueles que atuam diretamente com a população juvenil, com a vida juvenil. Neste sentido, observa-se enorme expectativa na interação destes profissionais, os quais por vezes acessam aspectos emocionais de seus alunos, contendo nessa interação um olhar extra e apurado, visto que as expressões de vulnerabilidades de seus alunos podem ocorrer no espaço de seu trabalho.

Verifica-se que essa demanda interdisciplinar se materializa nas mãos do professor e estas práticas dimensionam o seu trabalho de tutoria, ante às vulnerabilidades e demandas dos alunos. Segundo o Caderno do Professor Curriculum em Ação, “Os integrantes do Quadro do Magistério designados no Programa Ensino Integral - PEI, inclusive a equipe gestora, realizarão tutoria com os estudantes, nos termos do § 2º do artigo 47 da Lei Complementar nº 1.374, de 30 de março de 2022”. O material prevê que “é função do (a) tutor (a) acompanhar, de forma sistemática, o caminho percorrido pelo (a) estudante para o alcance do sucesso escolar e o desenvolvimento de seu Projeto de Vida”.

Ou seja, o tutor, nessa etapa de vida acadêmica do aluno, deveria atuar não apenas no suporte educacional do mesmo, mas também em seu desenvolvimento pessoal (Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Educação, 2022).

Segundo Queiroz (2022), entretanto, nem as escolas, nem os professores e nem as famílias estão preparadas para lidar com o sofrimento mental entre os jovens. Os professores, além do despreparo, estão sobrecarregados com atividades burocráticas, fato que os impede de dar maior atenção aos aspectos emocionais de seus alunos.

Neste sentido, Carneiro (2020) pesquisou o desenvolvimento da depressão em estudantes, os fatores de risco para o suicídio e a tentativa e as práticas dos educadores escolares, expondo a urgente necessidade da criação de práticas de promoção de saúde na escola.

3

Assim, dada a multifatorialidade do adoecimento mental, saúde e educação convergem na ação do professor numa perspectiva interdisciplinar, mesmo que este revele sentir-se despreparado, expondo a condição de ter em seu cotidiano questões de adoecimento mental juvenil expostas.

Neste contexto, é vital considerar a dimensão interdisciplinar e sócio-política das questões educacionais do Brasil, tratando a Educação como uma condição de vida na Terra e no mundo, articulando-a a questões de Saúde, das Ciências, Natureza, Economia e Política. Esta transversalidade entre Educação e Saúde poderia transmitir uma relação de cuidados aos grupos educacionais, especialmente aos jovens, ampliando-se a conexão entre alunos e professores. Tal ligação afetaria positivamente a relação ensino-aprendizagem e a saúde mental do coletivo juvenil.

Segundo Pombo (2006), o mundo contemporâneo colocou diante da ciência problemas complexos e que não cabem em uma única disciplina, rompendo com a ideia de que cada ciência pudesse solucionar os problemas de forma isolada. Problemas como sofrimento mental, evasão escolar, violência, dentre outros são fenômenos que estão no cotidiano da escola e são multidimensionais, são “problemas indisciplinados”, nas palavras de Pombo, problemas que transbordam fronteiras disciplinares.

Nesse sentido, as contribuições de Pombo (2006) dialogam diretamente com Japiassu (1994), ao evidenciarem que os fenômenos contemporâneos não podem mais ser compreendidos a partir de saberes fragmentados. Ambos os autores defendem que a interdisciplinaridade emerge como necessidade ética, epistemológica e política diante da complexidade das demandas humanas.

Portanto, a interdisciplinaridade é uma necessidade epistemológica, ética e prática e a relação entre a educação e a saúde é um exemplo dessa complexidade. Os fenômenos escolares também são de saúde mental, revelando demandas sociais, e a escola é um lugar privilegiado de observação do desenvolvimento humano e de revisão de suas estruturas (Japiassu, 1994).

Assim, faz-se essencial conhecer o olhar do educador, o seu ponto de vista sobre a saúde mental e o adolescer, e, em especial, o que seriam os determinantes psicossociais precipitantes ou predisponentes para o adoecimento mental juvenil. Isto porque este profissional está diretamente ligado ao cuidado de seus alunos.

Refletir que a aprendizagem e o desenvolvimento humano não são uma questão particularizada, mas que envolvem a dimensão social, a família, a escola e o espaço em sala de aula, é perceber o processo coletivo do aprender.

O autor Ailton Krenak (2021) provoca a reflexão de que o futuro não é uma linha de progresso linear e capitalista, de crescimento, desempenho, produtividade, mas uma reconexão com os saberes, práticas e valores ancestrais que respeitam o coletivo, a natureza e a diversidade da vida. Ele propõe uma ruptura com a lógica neoliberal de futuro, que é sempre um “futuro de mercado”, de metas e de competição.

Essa perspectiva aproxima-se das concepções do Bem Viver discutidas por Acosta (2016), ao questionar modelos de existência baseados exclusivamente na produtividade, na competição e no individualismo. Tanto Krenak quanto Acosta defendem formas coletivas de existência, sustentadas pela interdependência, pelo cuidado e pela valorização da vida comunitária.

Em seu livro, *O Futuro Ancestral*, Krenak expõe um futuro enraizado no passado, nas tradições, nas formas de viver em comunidade. É um convite à desaceleração, ao cuidado mútuo e à valorização de outros sentidos de vida. Essa perspectiva é especialmente importante quando se trata da adolescência, fase marcada por intensas transformações e vulnerabilidades.

Portanto, o papel do educador como orientador não seria apenas o de desenvolver com o aluno o conhecimento formal, mas sim para o “bem viver”. Contudo, não podemos esquecer que os professores também são um grupo de risco para adoecimento psíquico, por vivenciarem condições de saúde e trabalho precárias que também evidenciam o alto índice de adoecimento ocupacional.

Com isso, o cuidado coletivo humanizado no espaço escolar também atinge a saúde mental dos seus alunos, evidenciando que os elos, os relacionamentos, as amizades se entrelaçam numa perspectiva interdisciplinar com a saúde e a educação e deveriam tornar-se propostas que visassem a solidariedade e a alteridade dos coletivos juvenis.

Defende-se, neste artigo, que a escola não deve ser reduzida a espaço de desempenho e produtividade, mas compreendida como território ético de cuidado, convivência e produção de saúde mental coletiva.

1. Percurso metodológico

O presente trabalho caracteriza-se como um artigo teórico-reflexivo construído a partir da interlocução entre os campos da Saúde Mental, Educação e Ciências Humanas. Fundamenta-se em revisão bibliográfica de autores que discutem a adolescência, o sofrimento psíquico juvenil, a interdisciplinaridade e as críticas às racionalidades neoliberais contemporâneas.

A reflexão proposta parte de referenciais críticos que compreendem o adoecimento mental juvenil não apenas como fenômeno individual, mas atravessado por condições sociais, políticas, culturais e institucionais. Nesse sentido, o artigo articula contribuições de autores como Hilton Japiassu, Olga Pombo, Ailton Krenak, Grada Kilomba e Paulo Freire, buscando analisar como o espaço escolar pode constituir-se enquanto território de cuidado coletivo, escuta e produção de vínculos protetivos.

Trata-se, portanto, de uma construção teórica que assume posicionamento crítico frente às formas individualizantes de cuidado produzidas pela lógica neoliberal, defendendo a interdisciplinaridade e o fortalecimento das relações humanas no ambiente escolar como elementos fundamentais na promoção da saúde mental juvenil.

2. Interdisciplinaridade, escola e saúde mental juvenil

A saúde mental abarca um vasto campo do saber e é um estado complexo, multifacetário, possuindo relação entre a subjetividade das pessoas e o ser no mundo, ou seja, é influenciada por aspectos culturais, políticos, situações econômicas e desigualdades sociais (Vieira, Torrenté, 2022).

Observa-se que a realidade social brasileira vem cobrando novos posicionamentos do campo da Educação, suscitando a necessidade de uma interface com a Saúde, em especial com a saúde mental dos seus estudantes.

Segundo Amorim e Garcia (2025, p.17), em recente pesquisa realizada com alunos do ensino médio de uma escola pública, observou-se, mediante os relatos dos adolescentes, uma grande necessidade de dialogar sobre as questões do seu cotidiano, trazendo conteúdos que transversalmente são resvalados por questões da sua saúde mental.

Figueira (2019) relata que face às dificuldades que a Educação atravessa no Brasil, e em boa parte do mundo, no que se refere ao aumento da violência em sala de aula, o adoecimento e a medicalização de professores e alunos, o aumento dos casos de suicídio infantil em ambientes escolares, aliada a falta de perspectiva e interesse por parte dos governantes em resolver os problemas educacionais. Deste modo, afirma-se a urgência de buscarmos o desenvolvimento de uma ética que nos possibilite a criação de novos modos de existência e resistência dentro e fora da sala de aula.

Queiroz (2021) expõe que foram sugeridas algumas estratégias para melhoria do exercício da profissão, destacando-se a capacitação dos professores para determinados temas, como drogas, violência, suicídio, dentre outros, caso aconteça alguma situação em que o adolescente esteja em perigo.

Brum (2019) referiu que para os participantes, atividades coletivas, preventivas e convivência sensível protegem o adolescente de comportamentos suicidas. O estudo apontou o protagonismo escolar desses atores como possibilidade de fortalecimento de fatores protetivos de suicídio na adolescência.

Desta feita, faz-se necessário correlacionar as ciências no sentido de se intervir mais profundamente na escola, observando-se a relação entre ciências e o contemporâneo, em especial entre saúde e educação.

Segundo Pombo (2006), confirma-se que a escola do contemporâneo está face a um conjunto de enormes desafios. Como instituição inventada pelos gregos, tinha a sua função específica dentro da *polis*, estando ligada diretamente à Ciência, os seus avanços e o Estado Democrático. A autora reforça que não haveria ciência se não houvesse escola e vice-versa e, em seus primórdios, a escola servia para ensinar a ler e a escrever e a matemática, “aquilo que se pode ensinar”.

À medida que o tempo passou na construção do conhecimento, a escola passou a ensinar outras disciplinas. Ao longo dos séculos, novas áreas do saber surgiram, tornando-se impossível para um único campo contemplar os novos avanços da ciência.

Assim, cada área foi se subdividindo em ramos cada vez mais específicos. Contudo, as novas disciplinas quiseram afirmar-se como ciências independentes, com métodos e linguagens próprias. Criou-se a fragmentação do saber e, por conseguinte, a dificuldade de comunicação entre áreas do conhecimento, bem como o isolamento conceitual e metodológico entre os saberes. Tal isolamento não ocorreu apenas do ponto de vista teórico, mas também institucional: departamentos, currículos, pesquisas, compartimentados e com linguagem própria.

Pombo (2006) revela que as ciências se fragmentaram para crescerem, mas esse crescimento gerou o isolamento. A interdisciplinaridade surge como um movimento de recomposição, não para apagar as diferenças entre áreas, mas para criar redes de colaboração.

Japiassu (1994) afirma que a interdisciplinaridade surge como resposta a um estado patológico do saber moderno: a extrema especialização, que produziu um conhecimento “esmigalhado”. O autor mostra que a exigência de interdisciplinaridade nasce não de uma moda, mas de uma urgência: o saber isolado não dá mais conta da complexidade dos problemas contemporâneos.

Para Japiassu (1994), a interdisciplinaridade desperta resistência porque ameaça estruturas consolidadas, questiona interesses instalados, perturba as fronteiras de poder entre especialistas, exige revisão das certezas epistemológicas.

Ele afirma que nenhuma prática interdisciplinar é neutra porque envolve disputas, critérios diferentes, conflitos de interesse e até visão de mundo divergentes. Portanto, trabalhar de forma interdisciplinar significa assumir essa negociação em vez de escondê-la sob um discurso falso de neutralidade.

Ailton Krenak (2019) contrapondo-se à lógica neoliberal da escola produtivista propõe em suas obras *“Ideias para adiar o fim do mundo”* e *“O amanhã não está à venda”* (2020), que educar não é apenas transmitir conteúdos escolares, mas ensinar a viver no mundo com responsabilidade ambiental, social e ética. Para o autor, a educação deve ser uma prática que desperte nos jovens a consciência de que fazemos parte de uma coletividade planetária e que a vida na Terra depende de relações de cuidado com a natureza e com os outros seres. Essa perspectiva amplia o sentido político e existencial da educação, articulando saberes científicos, sociais e ambientais, como condição para a construção de futuros possíveis e sustentáveis.

Conforme Krenak et al. (2021), aprofundando-se na cosmologia ameríndia, o saber não é distinção, mas relação. A inteligência, por exemplo, está associada à capacidade de perceber os ritmos do território e de manter o equilíbrio entre humanos e não-humanos.

Essa compreensão dialoga também com Paulo Freire (2021), ao defender relações educativas baseadas na escuta, no encontro e na construção coletiva do conhecimento. Assim, o cuidado em saúde mental no ambiente escolar não se limita à prevenção de sintomas, mas envolve a construção de vínculos humanos capazes de fortalecer pertencimento e existência.

Nesta toada, faz-se essencial o maior empoderamento do educador, fornecendo-lhe condições do melhor exercício de sua profissão. Ou seja, a crítica não se encerra na denúncia: ela aponta para a criação de alternativas éticas, afetivas e políticas. Oriundo das cosmovisões de povos andinos como os Kichwa e Aymara, depreendemos uma forma de existir que valoriza a coletividade, a interdependência entre os sujeitos e a natureza - o biocentrismo - a busca de uma vida em harmonia, onde o bem-estar não é medido por critérios produtivistas, mas pela qualidade das relações e pela construção de um equilíbrio coletivo (Acosta, 2016).

Nas cosmologias africanas, o conhecimento e os saberes são corpo, memória, energia vital, oralidade. Entende-se, por exemplo, que o adolescente, em sua maioria, passa boa parte das horas do dia em ambientes escolares, reconhecendo a importância do “aquilombamento” em espaço escolar, sendo esse espaço um lugar seguro do ponto de vista emocional. Sobretudo, o papel do educador como agente motivador na construção do bem-viver é essencial, no sentido desse espaço colaborar para a saúde mental dos adolescentes, prevenindo-se inclusive casos de autoextermínio, com base numa relação de cuidados (Kilomba, 2019).

Assim, construir um cuidado coletivo em saúde mental significa criar espaços de acolhimento e pertencimento, onde os adolescentes possam construir novos sentidos para sua existência, livres das pressões neoliberais que os empurram para o isolamento e o sofrimento psíquico.

9

Essas ações em ambiente escolar seriam, portanto, uma resistência à lógica neoliberal, a qual restringe o cuidado em autocuidado e enfatiza a responsabilidade de saúde mental no indivíduo.

3. O espaço escolar como território de cuidado e prevenção

Segundo o último boletim epidemiológico brasileiro publicado no ano de 2021, o suicídio representou a 27ª causa de óbitos no país, com 15.507 mortes, sendo uma morte por suicídio a cada 34 minutos, taxa de 7,4 mortes por 100 mil habitantes. Observa-se um crescimento dos casos de suicídio entre adolescentes e adultos jovens. Entre adolescentes e jovens de 15 a 19 anos, o suicídio já constitui a segunda principal causa de morte no Brasil (Brasil, 2024), configurando-se como um dos mais relevantes desafios coletivos para as políticas e estratégias de prevenção.

Dado o aumento do número de casos de suicídio entre os adolescentes e adultos jovens brasileiros, sendo a escola o local de maior concentração de jovens na faixa etária de 15 a 19 anos, espera-se que no espaço escolar refugie-se a expressão de sofrimento de seus alunos, representado por vezes na expressão de ideação ou tentativa de suicídio (Oliveira, 2024).

As estatísticas brasileiras sobre o suicídio juvenil apontam para uma demanda aumentada e que precisa ser melhor compreendida. Diversos autores destacam que o ato suicida é o ápice de dor extrema e é um problema de saúde pública e de todos, destacando a natureza multidimensional do fenômeno (Bertolote, 2012).

O sociólogo Emile Durkheim (1999), através de estudos sociais trouxe a relevância do fator social na relação intrínseca com o suicídio, pois a visão do suicídio como loucura e fator individual desqualificava o homem na sociedade. Com isso, surgem reflexões sociais e mudanças de paradigma no transcorrer dos anos e o suicídio torna-se problema de saúde pública (Reis, Bezerra e Reis, 2020).

Segundo Durkheim (1999) as causas sociais são influências determinantes no suicídio, porém são mascaradas pelas questões individuais, como infelicidade no casamento, dificuldades financeiras, divórcio e problemas familiares.

Assim, a análise social dos fatores que impactam os números de suicídio e de tentativas é igualmente interdisciplinar e auxilia para a tomada de decisão quanto a ações de prevenção, com a intervenção focal em fatores sociais específicos.

Entende-se como comportamento suicida, a ideação, planejamento e o suicídio propriamente dito, sendo imprescindível que a observação destes sinais pode proporcionar uma intervenção oportuna, quando tais expressões são manifestadas. Assim, uma atenção diferenciada para estes pré-avisos é essencial, uma vez que a manifestação suicida deve ser encarada como uma busca desesperada por ajuda, sendo que a tentativa de suicídio é considerada uma emergência psiquiátrica. (Da Silva, Soratto, 2024).

O fato é que nem sempre o suicídio é anunciado ou a sociedade não se mostra assertiva diante desses sinais. Contudo, expressões de adoecimento mental juvenis são sinais importantes quando se objetiva a saúde mental e a prevenção do autoextermínio.

Portanto, conhecer a relação do tutor-aluno e em especial como esse tutor compreende tais questões é vital no sentido de dirimir novos casos, com base numa relação de cuidados.

Sob a ótica do educador, Castro (2023) constatou que o tema do suicídio ainda constitui um tabu no ambiente escolar, o que dificulta o debate em torno da questão, que convoca diferentes atores sociais. Por isso, muitas vezes, o suicídio é abordado nas escolas apenas de modo indireto, o que evidencia a falta de capacitação e de conhecimento dos profissionais envolvidos.

Em pesquisa de Silva (2023) sobre a relação dos educadores e a temática do sofrimento psíquico juvenil, em especial o comportamento autolesivo, revela que os participantes não se sentem preparados para lidar com a questão, mas acreditam possuir um papel muito importante. Ao observarem comportamentos como mudança repentina de humor ou queda no rendimento escolar, os professores poderiam ofertar atenção, acolhimento e, ainda, ao perceberem que o caso demonstra alguma gravidade, acionarem a equipe multidisciplinar, comunicarem aos pais e/ou responsáveis, citando exemplos.

11

Questionar como o ambiente escolar, mediado pela atuação docente, pode promover formas coletivas de cuidado e saúde mental e contribuir como parte da rede preventiva do suicídio juvenil, em uma lógica contrária à do neoliberalismo. Além disso, compreender o educador como agente fundamental na tomada de decisões preventivas e na promoção da saúde mental evidencia a importância de sua valorização, considerando que ele pode constituir-se como importante espaço de escuta, acolhimento e prevenção do adoecimento juvenil.

Assim, segundo Leopoldino (2022) é imperativo que as instituições de ensino estejam preparadas para gerenciar crises, através de políticas públicas e trabalhos de prevenção e posvenção, enfrentando o tabu da morte, do suicídio e do luto. A autora destaca para que os espaços escolares promovam a capacitação de seus profissionais para o acolhimento dos estudantes, enquanto também são acolhidos, tornando-se assim instituições educacionais capazes de abrigar e amparar sentimentos, transformando-se em espaços de sonhar e esperar.

Considerações finais

A perspectiva do cuidado na adolescência é um desafio que exige escuta, empatia e práticas que respeitem a singularidade de cada sujeito. Ainda hoje, muitas abordagens deixam de considerar o contexto, os afetos e as necessidades reais dessa fase.

Importantes perspectivas ressaltam o papel do educador como motivador e orientador, não apenas do conhecimento formal, mas para o bem viver, sem esquecerem de que os professores também são um grupo de risco para o adoecimento psíquico, vivenciando condições de saúde e trabalho precárias e alto índice de adoecimento ocupacional.

Os estudos expostos revelaram que os educadores, embora não se sintam preparados para lidarem com as questões da saúde mental juvenil, acreditam possuir um papel muito importante, assim como a escola, no sentido do olhar de atenção e acolhimento dos adolescentes.

A partir disso percebe-se a necessidade que sejam criadas nas escolas estratégias e diálogos interdisciplinares, que capacitem e apoiem educadores, visando a promoção da saúde no espaço escolar, fomentando condições do bem-viver juvenil, com mais possibilidades de ser e de existir no mundo, de forma a transformá-lo numa sociedade mais feliz.

As experiências do comum e a percepção dos saberes ancestrais, por exemplo, organizam-se numa perspectiva contrária à ideologia Neoliberal no ambiente escolar e atua de forma a entrelaçar a Saúde à Educação, tornando-se uma ferramenta essencial nessa perspectiva do cuidado.

Buscar fortalecer a ponte entre Saúde e Educação é proporcionar aos adolescentes melhor aquisição dos saberes, mas também seu cuidado psíquico. Pensar caminhos mais humanizados, participativos e conectados com a vida real, fortalecendo redes de apoio, é ampliar os olhares e construir possibilidades de cuidado que façam sentido nesta fase de vida.

Assim, a experiência interdisciplinar entre Saúde e Educação, articulada às demais áreas das Humanidades, revela-se fundamental, diante da complexidade das questões sociais e políticas que atravessam o cenário educacional brasileiro.

Quando tais campos dialogam, abrem-se possibilidades mais amplas para compreender o sujeito em sua totalidade, reconhecendo que o adoecimento mental não é apenas um fenômeno individual, mas também atravessado por condições históricas, estruturais e culturais.

A ciência, ao se desprender de uma visão fragmentada, torna-se novamente uma força propulsora de transformações profundas, contribuindo para práticas de cuidado que ultrapassam o modelo clínico tradicional e se aproximam de uma perspectiva ampliada de saúde mental.

À luz de autores como Japiassu (1994), a interdisciplinaridade aparece como uma exigência epistemológica e ética. Para o autor, o conhecimento não deve permanecer isolado em compartimentos rígidos, pois os problemas da realidade são, por natureza, complexos e entrelaçados.

Nesse sentido, a articulação entre Saúde e Educação opera como uma ruptura com o “especialismo estreito”, permitindo que cada campo ofereça aos outros seus instrumentos conceituais, metodológicos e sensíveis. Essa troca enriquece o olhar sobre os sujeitos, especialmente adolescentes, que demandam abordagens integradas para que suas necessidades emocionais, cognitivas e sociais sejam acolhidas de forma plena.

13

Do mesmo modo, o pensamento de Pombo (2006) contribui ao enfatizar a prática interdisciplinar como um movimento de construção coletiva. Para o autor, não se trata apenas de somar saberes, mas de promover encontros que gerem novas perguntas, novas práticas e novas responsabilidades.

Pombo (2006) aponta que a verdadeira interdisciplinaridade nasce do diálogo e do conflito produtivo entre diferentes áreas, possibilitando a criação de soluções mais criativas e contextualizadas. Nesse cenário, quando Saúde e Educação se aproximam, produzem um campo fértil para práticas de cuidado mais sensíveis às singularidades dos sujeitos, evitando reduções patologizantes e promovendo um ambiente escolar mais acolhedor.

Nessa perspectiva ampliada, o cuidado em saúde mental é entendido como uma construção coletiva e social. Ao integrar diferentes saberes, reconhece-se que o sofrimento psíquico exige respostas que dialoguem com políticas públicas, com o território, com a escola e com as relações familiares e comunitárias.

Portanto, a interdisciplinaridade, ao romper fronteiras rígidas entre áreas, reafirma o compromisso da ciência com a transformação social. Trata-se de reconhecer que a promoção de saúde mental, especialmente no contexto educacional, depende de abordagens que integrem diferentes perspectivas e

valorizem o diálogo contínuo entre saberes. É nesse encontro que emergem práticas mais humanas, críticas e potentes, capazes de contribuir para um cuidado em saúde mental verdadeiramente emancipador.

Desse modo, pensar a escola como espaço interdisciplinar de cuidado implica reconhecer que a promoção da saúde mental juvenil depende menos de respostas individualizantes e mais da capacidade coletiva de construir vínculos, pertencimento, escuta e reconhecimento. Em tempos marcados pela intensificação do sofrimento psíquico juvenil e pelas lógicas neoliberais de desempenho, fortalecer os encontros entre Saúde, Educação e Humanidades constitui não apenas uma necessidade acadêmica, mas um compromisso ético e político com a vida.

***Cássia Carolina Matarazzo Guimarães** é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da UFSCAR. Psicóloga do Tribunal de Justiça de São Paulo. Especialista em Recursos Humanos e em Práticas Integrativas. Docente Universitária e Voluntária em projetos de saúde mental e de cultura. É graduada em Licenciatura Plena, Bacharelado e Formação de Psicólogo pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2001).

Contato: cassiamatarazzo@estudante.ufscar.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9527712200912827>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5516-6487>

Recebido em: 09/12/2025

Aprovado em: 28/05/2026

Editor de texto: Jiulia Estela Heling
Editor-Chefe Discente: Sandro Adams

Como citar este texto: GUIMARÃES, Cássia Carolina Matarazzo. Saúde e Educação: o espaço escolar como território de cuidado e prevenção do adoecimento juvenil. **Perspectivas Sociais**, vol. 12, n. 02, e1230741, 2026.

Referências bibliográficas

ASSIS, Simone Gonçalves de; AVANCI, Juliana Gonçalves; SERPELONI, Fernanda. **Violência e adolescentes no Brasil: vulnerabilidades e contextos de proteção**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2020.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico: mortalidade por suicídio e hospitalizações por lesões autoprovocadas – Brasil, 2010 a 2021**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRUM, Daniella Almeida Silva. **Fortalecimento de fatores protetivos de suicídio na adolescência em ambiente escolar**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

CARNEIRO, Débora Sodrê Gonçalves. **Indicadores de depressão em adolescentes na rede pública de ensino dos municípios de Corumbá e Ladário – MS**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

15

CASTRO, Regiane Fernanda. **Escola e a relação entre adolescência e suicídio: uma leitura psicanalítica**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

DA SILVA, Francieli Cristina; SORATTO, Juliana. Prevenção do suicídio e promoção da saúde mental de adolescentes: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 16, n. 3, p. e11443, 2024.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FIGUEIRA, Fabíola Vanessa Hatochyn de Andrade. **O cuidado de si como ferramenta pedagógica para uma educação ativa**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 79. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Currículo em Ação: Programa Ensino Integral – Caderno do Professor**. São Paulo: SEE-SP, 2022.

JAPIASSU, Hilton. A questão da interdisciplinaridade. **Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular**, v. 1, p. 1–5, 1994.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEOPOLDINO, Letícia Costa. **A influência das habilidades sociais na percepção de apoio social em adolescentes**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

QUEIROZ, Camilla Danielle Silva de Lima. **Quando o suicídio invade a instituição de ensino: a perda e o luto na vivência de estudantes e educadores**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Diretrizes para o Programa Ensino Integral (PEI)**. Brasília: MEC, 2023.

OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de; COUTO, Maria Cristina Ventura; SADIGURSCHI, Gabriela; SARDINHA, Gabriel Prata Gonçalves; DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Promoção de saúde mental no contexto escolar: potências, desafios e a importância da colaboração intersetorial. **Physis**, v. 34, n. 4, 2024.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 208–249, 2006.

REIS, Douglas de Souza; BEZERRA, João Paulo de Azevedo; REIS, Denise de Souza. **Suicídio: desafios para a compreensão de um fenômeno complexo**. São Paulo: Cortez, 2020.

VIEIRA, Kellen de Lima; TORRENTÉ, Maria. Saúde mental na adolescência: determinantes sociais e políticas públicas. **Revista Brasileira de Saúde Mental**, v. 14, n. 1, p. 1–10, 2022.